

A CRIANÇA É UM ATOR SOCIAL

Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular
Infância, Crianças e Sociedade - Questões da Educação
do Mestrado em Ciências da Educação pela FPCEUP

2016

Andreia Cristina Lopes de Azevedo

Cientista da Educação

Formada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)

E-mail de contato:

andreiaazevedo@live.com.pt

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo a exploração de todos os aspetos que integram a abordagem da “Criança como ator Social”.

Ao longo dos séculos, o modo como as crianças eram percecionadas a nível familiar e societal foi alvo de profundas alterações. A partir de uma conceção de criança que era vista como um ser passivo, que tinha que ser apropriada pela sociedade para se tornar um membro competente da mesma, surgiram teorias que a entendem como um ator que possui capacidades para assumir um papel ativo em diversos aspetos da sua vida. Esta abordagem, que visualiza a criança como ator social, explicita ainda que o universo das crianças apresenta características muito específicas, sendo que o mesmo é pautado por aspetos muito diversificados e complexos.

Palavras-chave: Criança, infância, ator social, cultura infantil, culturas infantis, heterogeneidade, cultura para crianças, cultura das crianças, culturas da infância e cultura de pares infantis

Copyright © 2017.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



1. A CRIANÇA ENTENDIDA COMO ATOR SOCIAL

O foco da perspetiva da “Criança como ator social” é determinar o olhar, a relação e a interação que as crianças estabelecem com os diferentes elementos que integram a sua vida.

O modo como as crianças são atualmente entendidas pela sociedade foi alvo de significativas alterações com o passar dos séculos. A criança deixou de ser “olhada” como um ser passivo, onde era apropriada pela sociedade, para passar a ser entendida como um ser ativo, implicado em vários campos da sua vida. Esta modificação deveu-se sobretudo a redescoberta da infância pela sociologia da infância assistindo-se, nestes últimos anos, a “(...) um crescente interesse pela eleição da criança como objeto de estudo.” (Ferreira, 2002: 5).

Um dos autores que se dedicou nos seus trabalhos ao estudo da abordagem da “Criança como ator social” foi William Corsaro tendo exposto algumas ideias relativas a esta nova forma de perceber a criança, clarificando em primeiro lugar os princípios defendidos pelas teorias que consideravam que a mesma se constituía como um ser passivo.

Na ótica de Corsaro (2001), o trabalho teórico realizado no campo da Sociologia relativo às crianças tem por base a conceção tradicional da socialização. Esta (socialização) é o “ (...) processo pelo qual as crianças se adaptam e internalizam a sociedade.” (Corsaro, 2001:19). Partindo da ideia desta conceção, verifica-se que a criança é percebida como um ser passivo, que deve ser controlada e “*treinada*” pelos adultos com o intuito de se tornar um membro competente da sociedade. Estas convicções encaixam-se na perfeição com os princípios expostos pelo chamado Modelo Determinista, sendo que este acredita que a criança “ (...) é tomada pela sociedade; ela é treinada para tornar-se, finalmente, um membro competente e contribuinte.” (Corsaro.2001: 20).

As convicções proclamadas pelo modelo determinista acabaram por gerar uma grande controvérsia o que originou o aparecimento de novas formas de conceitualização relativas ao entendimento da criança, tendo-se assistido à ascensão das designadas perspetivas teóricas e interpretativas. Estas defendem que “ (...) as suposições sobre a génese de tudo, da amizade, aos conhecimentos científicos são cuidadosamente examinados como construções sociais, em vez de simplesmente aceites como consequências biológicas ou factos sociais evidentes.” (Corsaro, 2001: 19). No que concerne ao entendimento da infância, a minha teoria é compatível com o pensamento defendido pelas perspetivas teóricas e interpretativas, uma vez que neste período de vida (a infância) aspetos como a amizade, classe, o género, etc... são cuidadosamente interpretados e definidos como construções sociais, não sendo vistos à luz de um único olhar.

Nestas abordagens interpretativas encontra-se ainda explícito que as crianças não são seres passivos na construção das suas vidas. Como afirmou Corsaro “(...) as perspetivas interpretativas e construtivistas argumentam que as crianças, assim como os adultos, são participantes ativos na construção social da infância e na reprodução interpretativa de sua cultura compartilhada.” (Corsaro,2001: 19). Esta argumentação esbate a conceção expressa pelas teorias tradicionais da socialização que, no meu ponto de vista, apresentavam uma visão extremamente redutora do entendimento das crianças, visto que apenas as “olhavam” como “(...) consumidores da cultura estabelecida por adultos” (Corsaro,2001:19). Tendo como objetivo proceder ao “reforço” de todas este argumento é essencial enunciar a teoria de Ana Nunes de Almeida. Esta autora acredita que as crianças “(...) sujeitos competentes de produção da vida social, «actores da sua socialização», « actores de corpo inteiro», «sujeitos com palavra».” (Almeida, 2009:34). A minha perceção é de que todas as ideias expostas neste parágrafo do trabalho clarificam as capacidades das crianças. As mesmas não devem ser vistas como seres incapazes incompetentes, mas sim como pessoas que possuem capacidades para participar ativamente nas suas próprias vidas, para terem um papel ativo na construção social da sua infância.

Ao defender que as crianças assumem, frequentemente, um papel ativo na construção social da sua infância é importante explicitar onde a mesma é socialmente construída. Ferreira (2002) afirmou que a construção da infância acontece “(...) nas instituições e/ou nas práticas sociais onde a infância é socialmente construída pelas próprias crianças e adultos, nas experiências quotidianas onde elas se inserem, jogam e negociam discursivamente posições subjetivas impregnadas por relações de género, idade social, classe e poder.” (Ferreira, 2002: 17), ou seja, a infância é desenvolvida no seio familiar, nos infantários, na realidade em todos os contextos onde as crianças se encontram inseridas.

Todo este entendimento de que a criança é um ser capaz de participar ativamente na sua própria vida leva-me a referir uma abordagem sociológica designada de “Criança Tribal”. A mesma remete as crianças “(...) para uma condição pré-social face ao adulto [...] proclama as crianças como atores sociais competentes, ou seja, com poder de acção e de tomada de iniciativa, implicadas na construção e determinação das suas próprias vidas, daqueles que as rodeiam e da sociedade onde está integrada (...)” (Ferreira, 2002: 19). Nesta abordagem a criança entendida enquanto ator social assume um papel ativo em diversas áreas da sua vida, possuindo a capacidade de agir e de “(...) interagir em sociedade e de atribuir sentido às suas acções.” (Pinto e Sarmento, 1997: 20). Este poder de ação da criança leva-me a referir o chamado conceito de agência que é “(...) a habilidade de agir e fazer as coisas acontecerem [...] a agência estritamente é algo mais prático, quer dizer que as crianças estão de facto fazendo alguma coisa acontecer, em vez de apenas estarem fazendo coisas.” (James,2014: 941). De facto, é essencial que a nível familiar, societal e até estatal se compreenda que as crianças são seres com cabeça, tronco e membros que possuem competência

que lhes permite agirem por si próprias, sem estar integralmente dependentes das orientações dos adultos. No entanto, para a existência desta percepção as pessoas têm que ter consciência que o mundo das crianças é muito complexo e que nele são construídas diversas culturas e interações muito particulares.

2. O UNIVERSO DAS CRIANÇAS

No mundo das crianças, a cultura infantil está relacionada com os “(...) valores, preocupações partilhadas, mas também com aspectos públicos, coletivos e performáticos da vida social.” (Corsaro, 2001: 26). Ao mencionar cultura infantil, no singular, têm-se a percepção que o universo das crianças é marcado pela homogeneidade, algo que está definitivamente incorreto. A infância é heterogénea e plural, caracterizada pela diferenciação, pelo que em vez de utilizar o conceito de cultura infantil, deve-se proceder a sua pluralização e falar-se de culturas infantis. Esta (pluralização) significa que “(...) as formas e conteúdos das culturas infantis são produzidas numa relação de interdependência com culturas sociais atravessadas por relações de classe, de género e de proveniência étnica que impedem definitivamente a fixação num sistema coerente e único dos modos de significação e acção infantil.” (Sarmento, 2002:4). A perspetiva que acredito estar correta identifica-se com a deste autor, uma vez que considero o mundo das crianças é marcado pelo traço da heterogeneidade, da diferenciação a vários níveis (sociais; étnicos, etc...).

Na ótica de Pinto e Sarmento (1997), a principal diferença presente no mundo das crianças é constituída pelas condições sociais em que as mesmas vivem. No entanto além desta diferença, fatores como a etnia, o género e a cultura a que as crianças pertencem são fatores de heterogeneização que devem ser tidas em consideração quando se está em permanente contacto com o mundo das crianças. No contexto de toda a heterogeneização, importa proceder a uma distinção entre culturas para as crianças e cultura das crianças. As primeiras são aquelas que se identificam por seres produzidas pelos adultos para as crianças. Tal como afirmou Sarmento (2002) são “(...) culturas geradas, conduzidas e dirigidas pelos adultos para as crianças (Sarmento, 2002:5). Nestas podem-se enquadrar dispositivos culturais como jogos, brinquedos, literatura infantil e muitos outros elementos. Contrariamente, as culturas das crianças são “(...) formas culturais produzidas e fruídas pelas crianças, consideraremos fundamentalmente os jogos infantis, cuja memória histórica da sua construção se perde no tempo e que são hoje um património preservado e transmitido pelas crianças numa comunicação intrageracional que escapa em larga medida à intervenção adulta.” (Sarmento, 2002:7). Nestes jogos infantis encaixam-se, por exemplo, jogos como o da macaca, o jogo do pião, o jogo do laço, ente muitos outros. É fundamental que os

adultos entendam esta “Culturas das Crianças”, pois só assim irão ser capazes de perceberem as mesmas como atores capazes para proceder a construção da sua própria infância.

Tendo como referência esta distinção entre “cultura para as crianças” e “cultura das crianças” é essencial focar as ideias expressas por William Corsaro, no que diz respeito há questão das culturas infantis. Estas são compostas pelos seguintes aspetos: os simbólicos e os materiais. Quando se refere aos aspetos simbólicos Corsaro reporta uma cultura simbólica da infância constituída por “(...) várias representações ou símbolos expressivos de crenças, preocupações e valores infantis.” (Griswold cit. in Corsaro, 2001:134), como por exemplo, os valores míticos e as lendas. Quanto aos aspetos materiais presentes nas culturas infantis, Corsaro (2001) menciona que esta é constituída por livros, vestuário, ferramentas artísticas e brinquedos, ou seja, tudo elementos que constituem a cultura para as crianças.

Em torno de toda esta questão das culturas, Manuel Sarmiento debrou-se sobre o estudo das chamadas “Culturas da Infância”. Segundo este autor (2004), as culturas da infância possuem dimensões relacionais que se constituem nas interações entre crianças e adultos estando presentes nas mesmas formas e conteúdos relacionais distintos. As culturas da infância exprimem ainda “(...) a cultura societal em que se inserem, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, ao mesmo tempo que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo.” (Sarmiento, 2004: 22). O meu ponto de vista é de que as crianças estabelecem relações muito particulares entre si e que visualizam o mundo de uma maneira muito própria que muitas vezes não está ao alcance do entendimento dos adultos.

Ao dedicar este trabalho as especificidades do mundo das crianças é propositado que se dedique atenção a ideia da gramática das culturas da infância. A mesma exprime-se em três dimensões: a semântica, a sintaxe e a dimensão morfológica. A primeira encontra-se (...) construção de significados autónomos e a elaboração de processos de referenciação e significação próprios.” (Sarmiento,2004:22), ou seja, as crianças constroem e inventam linguagens próprias, digamos que é uma espécie de “código” que funciona como meio de comunicação entre si. A sintaxe está estritamente relacionada com a ideia do faz de conta (Sarmiento,2002). Esta dimensão é uma das mais presentes das culturas da infância, uma vez que as crianças criam histórias e brincadeiras onde interpretam diversas personagens. A dimensão morfológica refere os elementos constitutivos das culturas da infância como os brinquedos, os jogos, os gestos, as palavras, etc...

Tal como já foi referido, o mundo das crianças é muito heterogéneo estando presentes diversas realidades, a partir das quais irão aprender valores e estratégias que irão contribuir para a “(...) formação da sua identidade pessoal e social.” (Sarmiento, 2002:24). Toda esta aprendizagem é impulsionada pela família, mas também nas relações que se estabelecem em contexto escolar, dando origem à cultura de pares infantis. Estas são “(...) um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefactos, valores e preocupações que as crianças produzem e partilham em interação

com as demais.” (Corsaro, 2001: 120). Após a enunciação desta definição, pode-se afirmar que na cultura de pares infantis encontram-se presentes diversas dimensões (atividades, valores, etc...) que são produzidas e partilhadas pelas crianças quando as mesmas se encontram em interação entre si.

Na abordagem a estas culturas de pares infantis é essencial esclarecer que estas apresentam características muito singulares, devendo-se proceder a alusão das mesmas. Um dos traços descritivos desta cultura de pares infantis são os rituais de compartilhamento. Estes referem-se às “(...) atividades coletivas que envolvem expressões padronizadas, repetitivas e cooperativas dos valores e preocupações compartilhados da infância.” (Corsaro, 2001:166), ou seja, as crianças compartilham diversas atividades e preocupações que estão presentes no seu mundo. Corsaro considerou que a autonomia e o controle também se encontram presentes nesta cultura de pares. Segundo este autor (2001), existe um desejo das crianças de obter uma autonomia relativamente às regras e autoridade dos adultos, com o objetivo de obterem o controlo das suas vidas. culturas de pares infantis. A minha perceção é que o desafio da autoridade adulta é um dos traços mais marcantes das culturas de pares infantis. As crianças utilizam as brincadeiras como “(...) uma arena de comentários e críticas (...)” (Schwartzman cit. in Corsaro, 2001: 171). Quando, por exemplo, as crianças estão a brincar aos pais e as filhas, os primeiros esperam que as suas ordens sejam cumpridas pelos seus (as) filhos. No entanto, estes (as) podem não cumprir e assim demonstrar um desejo de desafio à autoridade adulta, algo que pode ocorrer nas suas casas. É ainda importante mencionar o conflito presente nas culturas de pares infantis. Estes são impulsionadores de uma complexidade estrutural e contribuem para a diferenciação destas culturas de pares. Sendo assim através dos mesmos observa-se a tal heterogeneidade nas culturas de pares infantis.

Na cultura de pares infantis observa-se a existência de uma diferenciação social que se encontra presente em dimensões como o género, a raça e o estatuto. Relativamente à questão do género contata-se que “O primeiro sinal de diferenciação social nas relações de pares das crianças pequenas é o aumento da separação por género, com crianças de 3 anos mostrando preferência por brincar com crianças do mesmo sexo.” (Maccoby, cit. in Corsaro, 2001:193). No estudo de *Boys and Girls: Superheroes in the Dool Corner* (1984), que decorreu da observação num jardim-de-infância ficou explícita esta separação de género nas brincadeiras- “Enquanto os meninos disfarçados de Darth Vader e de Luke Skywalker reivindicam a área de blocos [...] as meninas se juntam no canto das bonecas para inventar tramas dramáticas que eliminam os meninos e trazem mais meninas e princesas.” (Paley cit. in Corsaro, 2001:194). Fica então claro, que meninas e meninos têm de facto brincadeiras próprias que acabam por constituir um objeto de diferenciação dentro do grupo de Pares. A raça é um fator que é bastante complexo no seio da cultura de pares infantis. Holmes (1995) chegou a conclusão que “(...) a cor da pele é a principal característica que as crianças levam em consideração na hora de se interpretarem a si mesmas.” (Holmes cit. in

Corsaro,2001:203). Por fim, a questão do estatuto está intimamente ligada com as hierarquias formadas dentro da cultura de pares. Nela existe uma forte dinâmica competitiva que “(...) leva a uma emergência de hierarquias de subgrupos e do status dentro dos grupos de pares.” (Corsaro,2001:205).

Além de Corsaro, também Ferreira abordou esta questão das culturas de pares infantis. Esta autora refere as rotinas das culturas de pares infantis afirmando que nestas rotinas se assiste à “(...) improvisação de acções, onde as crianças podendo agir de modo diferente, introduzem inovações quer nas regras, quer nas suas sequências, actualizando-as e legitimando localmente outros sentidos em face de novas condições (...) ” (Ferreira, 2002:284). Partindo desta perspetiva de Ferreira, pode-se dizer que nas culturas de pares infantis as crianças produzem regras que podem ser alteradas com o objetivo de melhorar o decorrer da ação, ou seja nas culturas de pares infantis não estão presentes rotinas estáticas, uma vez que elas estão sujeitas a improvisação das ações.

Após tudo o que foi mencionado sobre a cultura de pares infantis, constata-se que estas ocorrem em determinados contextos e que possuem características que contradizem a ideia do grupo de pares entendido, por vezes, como um grupo socialmente neutro. As culturas de pares infantis exprimem a cultura do local em que as crianças vivem, mas essa expressão é diferente da dos outros grupos sociais, visto que elas veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, de representação e de simbolização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Ana (2009). A construção de um objeto e a emergência de um paradigma: a criança e a infância. In Instituto de Ciências Sociais (Eds.), *Para uma sociologia da infância- Jogos de olhares, pistas para a investigação* (pp.13-72). Lisboa: Instituto de Ciências sociais;

Corsaro, William (2001). Teorias Sociais da Infância. In Carla Rosa Araújo (Eds.), *Sociologia da Infância* (pp. 17-39). Porto Alegre: Carla Rosa Araújo;

Corsaro, William (2001). Culturas infantis. In Carla Rosa Araújo (Eds.), *Sociologia da Infância* (pp.124-151). Porto Alegre: Carla Rosa Araújo;

Corsaro, William (2001). Compartilhamento e controle em culturas iniciais de pares. In Carla Rosa Araújo (Eds.), *Sociologia da Infância* (pp. 153-181). Porto Alegre: Carla Rosa Araújo,

Corsaro, William (2001). Diferenciação e conflito na cultura inicial de pares infantis. In Carla Rosa Araújo (Eds.) *Sociologia da Infância* (pp.182-213). Porto Alegre: Carla Rosa Araújo;

Ferreira, Maria (2002). *A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Pinto, Manuel e Sarmento, Manuel (1997). As crianças e a Infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In Manuel Pinto e Manuel Sarmento (Coords.) *As crianças- contextos e identidades* (pp.9-29). Minho: Centro de Estudos da criança;

Pires, Flávia e Nascimento, Maria (2014). O propósito crítico: Entrevista com Allison James. *Revista Educação e Sociedade Campinas*,35 (128), 931-950.

Sarmento, Manuel (2002). *Imaginário e culturas da infância*;

Sarmento, Manuel (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In Ana Cerisara e Manuel Sarmento (Orgs.). *Crianças e miúdos- Perspectivas sociopedagógicas da Infância e educação* (pp.9-34). Porto: Edições ASA.